

Brasília, 08 de dezembro de 2015.

RELATO DA REUNIÃO REALIZADA COM O SECRETÁRIO DA SECADI (07.12.15)

Antes da reunião com o ministro, fomos chamados para uma reunião pela manhã com o secretário Paulo Gabriel, Arlindo Queiroz, Mauro Silva, Murilo Camargo, Marcos Maia (Assessor da SECADI), Analise (SE), Roberto Catelli (CNAEJA), Sonia Couto (CNAEJA), Alexandre (SUL), Nilton(NO), Zoraida (NE).

Nesta reunião, o Secretário Paulo Gabriel, perguntou qual era o posicionamento do grupo quanto ao momento político atual. Depois, levantamos possibilidades de situações defendidas por nós quanto aos desafios da EJA atualmente.

REUNIÃO COM O MINISTRO (07.12.15)

Estavam presentes nesta reunião:

Representantes da CNAEJA: Sonia Couto (IPF), Roberto Catelli (AE), Rita de Cássia (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL), Edna Lopes(UNCME), Adriana Rigon Weska (OEI)

Representantes regionais dos Fóruns EJA: Analise da Silva (SE), Alexandre Rosa (Sul), Nilton Carlos (NO), Zoraide Zoraida Arruda (NE), Delzair Amâncio (CO), Cláudia Borges (CO).

Representante da Anped: Maria Emilia

Representantes do MEC: Aloízio Mercadante, Paulo Gabriel, Arlindo Queiroz, Mauro Silva, Murilo Camargo, Cláudia Veloso.

O Ministro iniciou cumprimentando a todos e disse que estávamos ali para atender à solicitação de audiência dos Fóruns de EJA. Que demorou, mas estava cumprindo o compromisso assumido.

Ele perguntou quem começava a falar, pois se ninguém começasse ele começaria. Neste momento, Analise iniciou a fala, conforme havíamos deliberado em nossa reunião de representantes no período da manhã.

Fala da Analise:

Manifestamos nossa satisfação com esta audiência, pois há alguns anos estamos tentando ser recebidos por um ministro que ouça nossas propostas para solucionar o desafio de pagar a dívida social que o Estado brasileiro tem com homens e mulheres trabalhadores que tiveram seu direito à educação negado, quando eram crianças e adolescentes, e que o tem negado ainda hoje.

Nós dos Fóruns de EJA do Brasil ajudamos a eleger este governo e queremos manifestar nosso posicionamento contrário a toda ação que possa lesar a democracia. Avaliamos que o Governo tem equívocos e nos dispomos a apresentar alternativas possíveis para cuidar de um desses equívocos que consideramos ser a forma como tem sido tratada a EJA em nosso país.

Explicitando os nossos posicionamentos políticos quanto ao conjunto dos pontos, apresento nossa reivindicação de posicionamento público do MEC, na perspectiva da luta por um mundo possível sem preconceito, estigma, discriminação e pela garantia do direito.

Sobre **chamada pública** dos educandos para a EJA, quando estamos com os gestores municipais eles nos dizem que 'ofertam EJA, mas os educandos não procuram'. Sabemos que é necessário que a chamada pública seja feita pelo MEC como indutor desta ação junto aos gestores municipais e estaduais. Sugerimos que o MEC faça propaganda nacional a ser divulgada em horário nobre, em rádio (aquela que os trabalhadores acordam às 4 da manhã e ligam), TV, sites oficiais, durante jogos de futebol, em parceria com padres, com pastores, com pais de santo...

Sobre a chamada pública dos gestores, que tem como objetivo publicizar a necessidade de ações articuladas às políticas de acesso e de permanência tendo o MEC como indutor, queremos que o MEC elabore e encaminhe aos gestores municipais e estaduais documento que pontue que a BNCC para a EJA será elaborada depois e específica; que a formação continuada dos educadores é fundamental; que é fundamental que os Fóruns Permanentes previstos na estratégia 19.3 do PNE sejam implementados com composição, no mínimo, semelhante à do FNE para ampliar o diálogo; que ofertar EJA contribui para o aumento da escolarização de netos e filhos dos trabalhadores; que a alfabetização é o primeiro momento da EJA e que é fundamental que seja ofertada a continuidade de estudos; que é fundamental cessarmos o fechamento de turmas e entendermos que estamos trabalhando com TRABALHADORES QUE ESTUDAM e não com estudantes que, às vezes, trabalham.

Sobre a construção coletiva do Currículo da EJA, os Fóruns de EJA do Brasil, discordam do Documento Base Nacional Curricular Comum (BNCC) quanto a sua concepção e quanto à metodologia que vem sendo utilizada para sua construção. Propomos alterá-la de forma a torná-lo democrático e participativo e com garantia do direito ao respeito e reconhecimento das diversidades presentes na EJA e defendemos sua construção coletiva contando com a participação dos educandos, dos educadores, dos Movimentos Sociais, dos Fóruns de EJA do Brasil, da Educação Superior, dos Institutos Federais Tecnológicos, do Ministério Público, dos gestores, das secretarias e de outros ministérios que tem ações intersetoriais com a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, enfim, daqueles que fazem a EJA. Os

Fóruns defendem que o movimento de construção se dê no próximo ano, no modelo das Conaes (construção municipal, estadual/distrital, regional, nacional); envolvendo todos os segmentos que fazem a EJA, sem que sejamos tratados na BNCC agora e somente incorporadas as deliberações depois de um ano deste processo, com garantia do encaminhamento das deliberações ao final do mesmo ao Conselho Nacional de Educação.

Sobre formação de educadores para a EJA, nossa defesa de formação inicial e continuada dos educadores e dos gestores sobre as experiências de políticas públicas reafirmando os princípios da Educação Popular que pautam a Educação de Jovens, Adultos e Idosos; em Cursos específicos de Pedagogia da EJA trabalhados em conjunto com movimentos, instituições, fóruns, entidades que fazem EJA.

Sobre isonomia do fator de ponderação da EJA no Fundeb, salientamos que a EJA demanda por sua especificidade e natureza, uma metodologia, materiais didáticos e espaços educativos adequados. Avaliamos que é necessário até fator de ponderação maior que aqueles destinados à educação de crianças e de adolescentes. Ouvimos dos gestores municipais que eles preferem não ofertar EJA, para não terem que complementar os 0,2% da verba do Fundeb e que sua obrigação (que eles chamam de constitucional) é com a Educação Infantil. Por isso, o que, neste momento, defendemos como possibilidade de alterar esta realidade, compondo com a Chamada Pública, é a isonomia do fator de ponderação da EJA no Fundeb e como quem delibera sobre isso é uma Comissão da qual fazem parte o Senhor Ministro, o Consed e outros, solicitamos que leve esta nossa pauta para as discussões.

Sobre a efetividade da EJA na forma integrada à Educação Profissional (Meta 10 - PNE), não somos favoráveis a programas, defendemos a instituição de uma política pública de Estado de EJA como modalidade. Manifestamos o nosso total desacordo em relação à proposta do Ministério da Educação em buscar realizar a meta 10 do Plano Nacional de Educação, exclusivamente, por meio da indução às matrículas no PRONATEC - EJA. Trata-se, na nossa avaliação, de um enorme recuo no campo educacional brasileiro, o que por si só revela uma grande incoerência do ponto de vista de um governo que ajudamos a eleger. Na nossa avaliação o programa que melhor dialoga com a EJA é o Proeja programa com alto potencial emancipador que possibilita a elaboração de propostas curriculares inovadoras, através da integração da educação básica com a formação profissional dos jovens e adultos, com centenas de cursos ofertados, sobretudo pelos IFTs e por gestores públicos, pois não concordamos com a oferta feita pelo Sistema S, uma vez que este oferece um cardápio que não dialoga com a qualificação do trabalho de nossos educandos e sim com a qualificação para o trabalho que for demandado pelo mercado.

Após esta explanação da Análise, o ministro agradeceu a presença de todos e disse ter muito interesse por esta pauta, pois iniciou sua trajetória na educação no CEDI, com Sergio Haddad e outros. Ele disse ter realizado algumas ações com Paulo Freire e reforçou a sua doçura e coerência, bem como a sua importância na Educação. Também fez um breve histórico sobre a educação e a política no Brasil desde Getúlio Vargas, enfatizando a pressão sofrida por ele, que se configurou na primeira tentativa de golpe. Disse que durante sua juventude só conheceu a democracia pelos livros e hoje seus filhos só conhecem golpe por meio dos livros e ele espera que os netos dele continuem conhecendo o golpe desta forma, somente pelos livros. A democracia é um bem que precisa ser preservado.

A seguir, o Ministro foi respondendo cada questão colocada.

1. Ele concorda com o chamamento público e disse que vai pautar isso com a comunicação para que sejam utilizados os 5 minutos diários na TV para promover a EJA. Disse que em breve isto já estará no ar. Apontou até final de janeiro como possibilidade.
2. Com relação à Base disse ser um equívoco começar o processo de construção sem ter antes um documento orientador para subsidiar as discussões. Ele concorda que a EJA precisa de uma base específica.
3. O ministro disse ter acordo quanto à proposta de formação de educadores.
4. Quanto ao financiamento e isonomia do fator de ponderação, ele se dispôs a estudar mais a fundo e ver como isso poderia ser viabilizado.
5. O ministro disse que o Pronatec tem sido modelo internacional e que diariamente prefeitos e governadores o procuram querendo o Pronatec em seus municípios e estados. Ele a todo tempo enfatizou a importância do Pronatec. Quando falamos que discordamos que os recursos estatais sejam destinados ao Sistema S, o ministro disse que está lutando pelo contrário, ou seja, que o MEC dispute os recursos do Sistema S, que é algo em torno de 6 bilhões anuais, já que arrecada 3,5% da folha dos trabalhadores vinculados ao Sistema S.
6. O ministro disse que o PBA não está dando conta, pois os índices de analfabetismo estão praticamente estagnados. Disse também que vai rever mecanismos de distribuição de óculos. Ele manifestou a preocupação de como certificar as habilidades e competências em uma prova específica, juntando o ensino profissional. Ele concorda que deve dar prioridade às matrículas na EJA.

Disse que a Unesco não reconhece as matrículas da EJA e que elas deveriam ser computadas.

Outros questionamentos dos participantes:

Roberto Catelli falou sobre a grande presença de jovens na EJA, abordando dados de que dentre os jovens, adultos ou idosos com 15 anos ou mais, 65 milhões não concluíram o Ensino Fundamental, e dentre aqueles com 18 anos ou mais, 22 milhões não concluíram o Ensino Médio. Entretanto, desde 2007, assistimos a uma vertiginosa queda das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e dentre os 87 milhões que não concluíram a educação básica ou não foram alfabetizados inclui-se a maior parte da população excluída com renda menor que um salário mínimo e grande estrato da população negra do país. Ocorre, que grande parte desse público é de jovens com idade entre 15 e 29 anos. No ensino médio, mais de 60% dos estudantes da EJA têm entre 18 e 29 anos. O que despertou a atenção do ministro, que demonstrou interesse pelos dados apresentados.

Alexandre, representante da Região Sul na Coordenação Nacional, destacou dois pontos: a Resolução nº 48 de 2012/13, referente ao item financiamento, e o PRONATEC em sua forma de adaptação numa experiência de Canoas/RS. Sobre a Resolução nº 48, citou o fato desta legislação ter surgido a partir da reversão de expectativa quanto à diminuição do índice de analfabetismo. A Resolução nº 48 é importante porque busca estimular a criação de novas turmas de EJA, preferencialmente para egressos do PBA, comunidades indígenas, quilombolas, população do campo e privados de liberdade. A Resolução nº 48 pode significar também a reversão do fechamento de turmas de EJA, na medida em que recursos públicos federais são repassados aos governos municipais e estaduais objetivando justamente a criação de novas turmas. Importante também seria promover uma ampla divulgação da Resolução para maior conhecimento por parte de Estados e municípios.

Sobre o PRONATEC Alexandre informou sobre a experiência do município de Canoas que firmou parceria entre Secretaria Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e o Instituto Federal, com o desenvolvimento de uma proposta do PRONATEC sendo aplicado nas escolas de EJA do município, integrando as cargas horárias dos cursos profissionalizantes com a da modalidade, atendendo o regulamentado em Resolução do CME. Salientou que o ideal talvez fosse priorizar o PRONATEC via IFTs e não Sistema S, de forma a combinar escolaridade e educação profissionalizante, nos moldes do PROEJA.

Cláudia Borges reforçou sobre a importância da integração da EJA com a Educação Profissional com elevação da escolaridade dos educandos trabalhadores da EJA. Falou da experiência de Goiânia em que o currículo integrado foi

construído a partir de eixos temáticos que integrava a educação básica (ensino fundamental) com Educação profissional desde o início até o fim dos cursos. Isso ocorreu com a parceria Rede Municipal com Instituto Federal de Goiás. Afirmou que o sistema S não contempla a formação para Educação de Jovens e Adultos. E defendeu uma articulação interministerial neste processo.

Zoraida ressaltou a educação como direito e sua oferta com qualidade social ao contrário ao que marcou historicamente a educação dos trabalhadores no Brasil, ou seja, de forma aligeirada, com improviso, com descontinuidade, além de caráter compensatório e assistencialista. Destacou e fez a defesa do Proeja ofertado pelos Institutos Federais, como aquilo que mais se aproxima com uma educação emancipatória e não apenas para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Exemplificou o caso do PROEJA no IFPB, local de onde atua, e de como tem contribuído, através de um currículo integrado, para a formação do trabalhador estudante, como sujeito de direito. Informou ainda que no último ENEJA, estudantes do PROEJA, presentes a este evento, deram os primeiros passos para a organização de um Fórum dos estudantes da EJA, a partir dos Institutos Federais. Sobre o PROEJA, o ministro disse haver somente 3.500 IFTs espalhados pelo Brasil e isso não dá conta da demanda. Neste sentido, ele concorda com nossa avaliação sobre a necessidade de várias possibilidades de oferta, inclusive do Pronatec.

Maria Emilia apresentou a defesa de o MEC tomar o Proeja e Proeja FIC como política pública da EJA integrada à Educação Profissional, conforme implantado no governo Lula, cobrando dos IFs a implementação dos 20% do atendimento da EJA com educação profissional ser realizada via Proeja e Proeja-FIC, garantindo-se a elevação da escolaridade. Mencionou sobre a experiência do Proeja-FIC com recursos do Pronatec, desenvolvida em Goiânia, com duração de dois anos e meio, e aprofundamento dos cursos FIC sem aligeiramento, com integração da EJA e educação profissional e garantia de elevação de escolaridade. Todo o processo contou com acompanhamento de pesquisa e formação continuada dos profissionais, que precisam ser garantidas. Solicitou ainda a continuidade de apoio do MEC e demais organismos (CNPq, CAPES) às pesquisas de EJA; dos Centros de Referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais e do Portal dos Fóruns de EJA.

ENCAMINHAMENTOS:

1. O Ministro se comprometeu a fazer a Chamada Pública para os Educadores e a Chamada Pública para os gestores.

2. A fim de dar continuidade às discussões, o ministro determinou a criação de um GT para redimensionar a Política de EJA levando em conta as seguintes questões:

1. Políticas para jovens – 15 a 29 anos
2. Reavaliação do PBA
3. Relação EJA e Educação Profissional: Pronatec EJA/Proeja/Proeja FIC/Projovem
4. Financiamento
5. Base Nacional
6. Política de formação de educadores

O GT terá a seguinte configuração:

SECADI (coordena o GT), SEB, SETEC, MDS, CONIF, CONSED, UNDIME, Sistema S, 1 representante do FNE (Análise), 5 representantes da coordenação nacional, sendo um de cada região, 1 representante do GT 18 da ANPED, 1 representante da CNAEJA.

Na despedida, ao final, o Ministro solicitou que o GT trabalhe com os pés no chão. “Não temos orçamento. Temos que fazer mais com menos.”

Relatório elaborado por: Alexandre (SUL), Analise (SE), Delzair e Cláudia (CO), Edna (CNAEJA), Nilton (NO), Rita Lima (CNAEJA), Sônia Couto (CNAEJA) e Maria Emilia (GT 18 Anped).